

**Procedimento concursal de recrutamento e seleção para provimento do cargo de direção intermédia de 1º grau para Diretor de Serviços de Formação e Supervisão**

**Ata número um**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas onze horas e trinta minutos, nas instalações do Instituto de Avaliação Educativa, I.P., reuniu o júri do procedimento concursal acima referenciado, tal como foi designado por despacho do Presidente do Conselho Diretivo, de dezasseis de abril de dois mil e dezanove, constituído pelos seguintes elementos: Manuel António Carvalho Gomes, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Avaliação Educativa, I.P., que presidiu, e, como vogais efetivos, José Carlos Matias de Sousa, Diretor de Serviços de Projetos Educativos, da Direção-Geral da Educação, e Maria João Mogarro, Professora Associada do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Na reunião, esteve também presente Maria da Conceição Ribeiro Barraca, assessora da direção do IAVE, I.P., que, após concordância do júri, irá assegurar as tarefas de secretariado no âmbito deste procedimento concursal.

O presidente do júri propôs a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

- I. Definição dos métodos de seleção, dos critérios de avaliação e da forma de desempate dos candidatos;
- II. Elaboração do Guião da Entrevista Pública;
- III. Elaboração dos modelos das fichas individuais para registo da informação relativa a cada candidato;
- IV. Forma de exclusão e notificação dos candidatos.



**I. Definição dos métodos de seleção e dos critérios de avaliação**

O júri deliberou que, no presente procedimento concursal, serão aplicados os métodos de seleção “Avaliação Curricular” e “Entrevista Pública”, e que a classificação final dos candidatos, expressa numa escala de 0 a 20 valores, resultará da média ponderada das classificações obtidas nos dois métodos de seleção, com arredondamento às centésimas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Classificação Final} = (\text{Avaliação Curricular} \times 0,6) + (\text{Entrevista Pública} \times 0,4)$$

Na **Avaliação Curricular (AC)**, analisar-se-á a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, o percurso profissional, a relevância da experiência adquirida e da formação realizada, e o tipo de funções exercidas. Assim, o júri decidiu, por unanimidade, considerar na “Avaliação Curricular” os seguintes fatores:

- a) **Habilitação Académica (HA)**, em que se avaliará a titularidade de grau académico obtido preferencialmente nas áreas de Ciências da Educação e de habilitação profissional para a docência;


b) **Experiência Profissional (EP)**, em que se avaliará o exercício de funções, na carreira de técnico superior ou equiparada, na área de atuação para o qual o procedimento concursal é aberto, ou em áreas conexas com a educação e a avaliação educativa, bem como o exercício de cargos de direção superior, intermédia ou equivalentes;

c) **Formação Profissional (FP)**, em que se ponderará a conclusão de cursos de formação especializada e de formação específica para dirigentes, bem como a frequência de ações de formação contínua nos últimos oito anos.

A Avaliação Curricular (AC) dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores, bem como cada fator nela considerado, de acordo com a ponderação registada na seguinte fórmula classificativa:

$$AC = (HA \times 0,3) + (EP \times 0,5) + (FP \times 0,2)$$

#### **Fator Habilitação Académica**

O júri decidiu valorar o fator **Habilitação Académica (HA)** do seguinte modo:

- Doutoramento: 20 valores;
- Mestrado: 18 valores;
- Licenciatura: 16 valores.

A titularidade de grau académico obtido em área diversa das de Ciências da Educação e de habilitação profissional para a docência será valorada com menos dois valores.

#### **Fator Experiência Profissional**

Na avaliação do fator **Experiência Profissional (EP)**, o júri deliberou considerar o exercício de funções em quatro domínios: “Avaliação externa de alunos”; “Formação e avaliação de desempenho”; “Cargos dirigentes”; e “Outras atividades relevantes”.

No domínio “Avaliação externa de alunos” (AEA), o júri considerará o exercício das funções de professor classificador, professor supervisor, autor/auditor/consultor de provas de avaliação externa, bem como o exercício de outras funções diretamente relacionadas com a área da avaliação externa, sendo a cada uma destas funções atribuída a valoração de 2 valores, até ao limite de 8 valores.

No domínio “Formação e avaliação de desempenho” (FAD), o júri considerará o exercício das funções de formador, de consultor de formação dos Centros de Formação de Associação de Escolas, de avaliador externo/interno, de avaliador SIADAP 3, de elemento do júri de período experimental (entre outras equivalentes e que, por deliberação do júri, possam vir a ser contempladas), sendo a cada uma destas funções atribuída a valoração de 1 valor, até ao limite de 4 valores.

No domínio “Cargos dirigentes” (CD), o júri valorará o exercício de funções dirigentes (direção superior, direção intermédia ou equivalentes), em função da duração do exercício das mesmas, até ao limite de 6 valores, seja com base no número de comissões completas seja com base no número de anos do exercício dessas funções. Privilegiando o fator que for mais vantajoso para o candidato, o júri apreciará este domínio de acordo com os seguintes critérios:



Duração do exercício de funções dirigentes	Nº de Comissões de Serviço	Valoração
8 anos ou mais	Duas comissões completas	6 valores
De 4 a 7 anos	Uma comissão completa	4 valores
Menos de 4 anos	Sem comissão completa	2 valores

No domínio “Outras atividades relevantes” (OAR) relacionadas com a educação e a avaliação educativa, o júri apreciará a autoria/coautoria de livros, de capítulos de livros, de artigos, de relatórios técnico-científicos, a apresentação de comunicações orais/*posters* em conferências, a participação em grupos de trabalho e em projetos de investigação e a coordenação de equipas (por nomeação), sendo que a cada será atribuída a valoração de 0,5 valores, até ao limite de 2 valores.

A classificação final do fator Experiência Profissional resultará da soma dos valores obtidos nos quatro parâmetros considerados.

#### Fator Formação Profissional

O júri efetuará a avaliação do fator **Formação Profissional (FP)** mediante a apreciação dos resultados obtidos pelos candidatos nos cursos de formação especializada e nos cursos de formação específica para dirigentes e mediante a apreciação das ações de formação contínua frequentadas nos últimos oito anos.

A conclusão de **Formação específica para o exercício de cargos dirigentes** será valorada até ao limite de 8 valores, tendo em conta os seguintes critérios:

- Classificação final igual ou superior a 17 valores – 8 valores;
- Classificação final entre 14 e 16 valores – 5 valores;
- Classificação final entre 10 e 13 valores – 2 valores.

A conclusão de **Formação especializada na área das Ciências da Educação** será valorada até ao limite de 8 valores, tendo em conta os seguintes critérios:

- Classificação final igual ou superior a 17 valores – 8 valores;
- Classificação final entre 14 e 16 valores – 5 valores;
- Classificação final entre 10 e 13 valores – 2 valores.

A frequência de **Ações de formação contínua** relevantes no âmbito das atribuições do cargo a prover, nos últimos oito anos, será valorada em função do volume de horas, até ao limite de 4 valores. Para efeitos de valoração deste parâmetro, o júri deliberou que as ações que não especifiquem o número de horas serão apreciadas do seguinte modo:

- A um mês correspondem 120 horas;

- A uma semana correspondem 30 horas;
- A um dia correspondem 6 horas;
- As ações que não refiram duração serão pontuadas com zero valores.

Para efeitos de valoração deste parâmetro, considerando o somatório das horas correspondentes às ações de formação frequentadas nos últimos oito anos, serão observados os seguintes critérios:

Número de horas	Valoração
150 horas ou mais	4 valores
Entre 100 a 149 horas	3 valores
Entre 50 a 99 horas	2 valores
Menos de 50 horas	1 valor

A classificação final do fator Formação Profissional resultará da soma dos valores obtidos nos três parâmetros considerados.

Tendo definido a duração máxima de 30 minutos para a **Entrevista Pública (EPub)**, o júri deliberou que a aptidão dos candidatos para coordenar e desenvolver, com autonomia, as atividades integradas na área de atuação do cargo a prover pelo presente procedimento concursal será apreciada com base nas competências constantes do anexo VI da Portaria nº 359/2013, de 13 de dezembro, de acordo com os seguintes parâmetros:

**A – Aptidão e motivação para o desempenho do cargo** (Visa apreciar a capacidade do candidato para realizar uma avaliação objetiva e crítica do seu percurso profissional, identificando as experiências mais relevantes, bem como a sua motivação para o desempenho de um cargo dirigente);

**B – Orientação para resultados/Visão estratégica** (Visa apreciar a capacidade do candidato para reconhecer a natureza dos objetivos que estão associados a este tipo de função/cargo, identificando situações em que tiveram de ultrapassar constrangimentos para alcançar resultados);

**C – Liderança e gestão de pessoas** (Visa apreciar a capacidade do candidato para dirigir/motivar os colaboradores, para gerir/otimizar recursos disponíveis, para reconhecer e valorizar o potencial individual dos colaboradores, para se relacionar com os outros, bem como a capacidade de adaptação e adequação aos condicionalismos do contexto);

**D – Comunicação** (Visa apreciar a capacidade do candidato para se expressar com clareza e precisão, pelo que o parâmetro será avaliado por meio das respostas dadas pelo candidato às questões colocadas pelos elementos do júri).

Cada um dos parâmetros será avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.



A classificação a atribuir a cada parâmetro resulta de votação nominal e por maioria, sendo a classificação a atribuir a cada candidato na Entrevista Pública (EPub) o resultado da média aritmética simples da classificação obtida em cada um dos parâmetros considerados.

Em caso de igualdade da classificação final, e para efeitos do disposto no nº 6 do artigo 21º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, serão considerados os seguintes fatores:

- 1 – Valoração no fator Experiência Profissional;
- 2 – Valoração no fator Habilitação Académica;
- 3 – Valoração no domínio “Cargos dirigentes”.

## **II. Elaboração do Guião da Entrevista**

Tendo em conta as competências a considerar na avaliação da Entrevista Pública, por referência ao perfil do cargo a prover, o júri elaborou o Guião da Entrevista Pública, em anexo à presente ata (Anexo I).

## **III. Elaboração dos modelos das fichas individuais para registo da informação relativa a cada candidato**

Para o registo dos elementos referentes a cada candidato e apuramento de resultados, o júri elaborou três fichas (de Avaliação Curricular, de Entrevista Pública, de Classificação Final) que se encontram em anexo à presente ata (Anexos II, III e IV).

## **IV. Forma de exclusão e notificação dos candidatos**

Serão excluídos do procedimento os candidatos que não reúnam os requisitos previstos no nº 1 do artigo 20º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que não apresentem em tempo oportuno os documentos comprovativos dos requisitos legalmente exigidos para o recrutamento e de factos referidos no currículo que possam relevar para a apreciação do seu mérito e que se encontrem deficientemente comprovados, ou que não compareçam à entrevista pública, sendo disso notificados por correio eletrónico, nos termos da lei.

Os candidatos serão convocados para a realização da entrevista pública por meio de comunicação eletrónica com recibo de entrega da notificação, da qual conste também informação sobre a afixação da convocatória para o método de seleção Entrevista Pública em local visível e público das instalações do IAVE e na página eletrónica do Instituto. Findo o procedimento concursal, os candidatos serão igualmente notificados sobre a decisão do júri quanto ao disposto no nº 6 do artigo 21º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, não havendo lugar a audiência de interessados, conforme o estabelecido no nº 13 do artigo 21º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

No seguimento destas deliberações, foi elaborado o aviso de abertura do procedimento concursal para publicitação na Bolsa de Emprego Público (em anexo à ata – Anexo V) e foram aprovados os termos dos avisos, por extrato, para publicitação no *Diário da República* e no jornal diário *Público*.

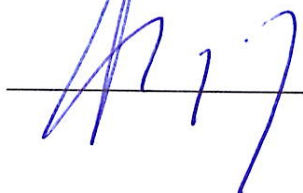
Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, tendo sido elaborada a presente ata, constituída por seis páginas, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do júri.

O júri

Manuel António Carvalho Gomes  
(*Presidente*)



José Carlos Matias de Sousa  
(*Vogal*)



Maria João Mogarro  
(*Vogal*)

